

Sérgio Amaral 22.7.98



O rio Tocantins servirá para escoar a produção agropecuária dos cerrados da Amazônia Oriental, estimulando a expansão do chamado "arco da soja", um cinturão que se estende da Bolívia ao estado da Bahia

Florestas tropicais fora dos eixos

Políticas do Brasil para desenvolvimento da Amazônia entram em choque com o maior programa ambiental do mundo

Marcos Savini
Da equipe do Correio

Depois de investirem US\$ 85 milhões (e terem outros US\$ 253 milhões à caminho) em quase 300 de projetos de preservação e desenvolvimento sustentável nas florestas tropicais da Amazônia, os parceiros do governo brasileiro estão preocupados com o futuro do maior esquema de cooperação internacional em matéria de meio-ambiente, o Programa Piloto para as Florestas Tropicais, o PPG-7. O problema é a falta de coordenação das diferentes políticas públicas que o Brasil mantém para a região.

De um lado, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de parcerias com o Banco Mundial e com os países doadores do PPG-7 (Alemanha, Grã-Bretanha, União Europeia, França, Estados Unidos, Itália, Canadá, Japão, Espanha e Holanda) procura estabelecer experiências que servirão de modelo para disseminar políticas de desenvolvimento sustentável.

Do outro lado, os prováveis impactos para o meio ambiente que serão provocados pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPA), o "Avança Brasil", coordenado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Ele prevê, entre os anos 2000 e 2003, uma série de projetos de integração e modernização da Amazônia por meio de rodovias, hidrovias, ferrovias e infraestrutura energética.

O desenvolvimento da Amazônia, segundo o Avança Brasil, passa por quatro grandes "eixos" (veja mapa ao lado). Mas estudo elaborado para o Ministério do Meio Ambiente por Bertha Becker, integrante do grupo de peritos responsável por avaliar os progressos do PPG-7, prevê um "cenário conflituoso" emergindo da competição entre as "parcerias domésticas e internacionais preocupadas com a conservação da biodiversidade e da florestas" e as "interessadas na expansão da fronteira econômica".

O avanço da soja é a principal ameaça às florestas amazônicas, porque precisa de grandes propriedades e fortes investimentos de capital e tecnologia. Em geral, os fazendeiros compram terras já desmatadas por famílias de pequenos agricultores que foram assentados pelo Incra mas não conseguiram viabilizar sua produção por falta de crédito e infraestrutura.

Segundo o geógrafo francês Richard Pasquis, do Núcleo de Apoio às Pesquisas da Amazônia, os conflitos entre o Avança Brasil e as experiências do PPG-7 podem ser inevitáveis porque "a maioria dos eixos de desenvolvimento justificam-se pela perspectiva de produção de soja nos cerrados da Amazônia Legal e nas áreas de floresta já desmatadas".

Um bom exemplo é a hidrovia do Araguaia-Tocantins, que possibilitará que a soja produzida no cerrado chegue aos portos europeus a preços mais baratos que os praticados pelos produtores dos Estados Unidos. "O problema é que o Brasil precisa produzir e escoar, para competir nos mercados mundiais", comenta Pasquis.

VULNERÁVEL

O PPG-7 foi criado em 1991. Hoje, financia projetos em 395 municípios da Amazônia Legal (ou 57% deles). Acontece que a maior parte das iniciativas estão concentradas justamente nos eixos de desenvolvimento previstos pelo Avança Brasil. "Isso prova como é vulnerável tudo o que o PPG-7 vem fazendo", comenta Harald Lossback, consultor do programa pelo ministério alemão de Cooperação.

Segundo o francês Hervé Théry, autor de um estudo sobre "configurações territoriais" na Amazônia, só existem duas alternativas: "Concentrar as ações do PPG-7 fora dos eixos, se considerarmos que ele é antes de mais nada um programa de conservação, ou pensar em formas de compatibilização, se for considerado mais importante a dimensão de desenvolvimento sustentável e integrado na região".

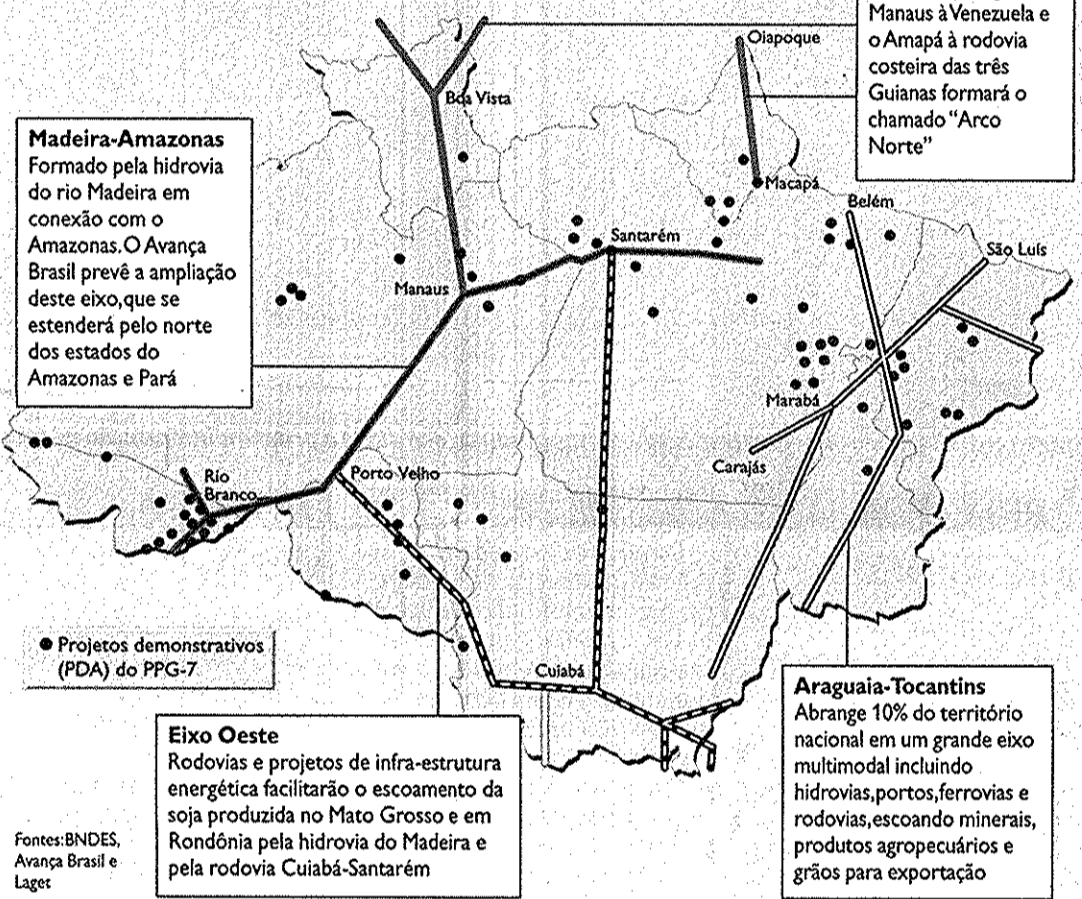
O Ministério do Meio Ambiente está promovendo um debate interno para levantar quais serão os impactos do Avança Brasil na Amazônia. "Semana que vem vamos desenhar nossa estratégia e começar a discussão com o Ministério do Planejamento e do Orçamento", anuncia Mary Helena Allegretti, secretária de Coordenação da Amazônia do MMA.

Uma das ideias para evitar que a floresta amazônica torne-se vítima da esquizofrenia das políticas públicas é a de reativar o Conselho da Amazônia Legal (Conamaz), que tem o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso à frente e reúne todos os ministérios e órgãos governamentais com programas na região, mas nunca funcionou para valer. "Precisamos de respostas rápidas", afirma Carlos Enríque Aragón, coordenador do PPG-7 dentro do MMA.

A tarefa de compatibilizar o Avança Brasil com as políticas de proteção às florestas tropicais não será, porém, nada fácil. Em parte ela depende do prestígio e da capacidade de influência de José Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente, junto ao governo federal, justamente num período em que o país precisa aumentar suas exportações para conter os seguidos déficits da balança comercial. "Não podemos simplesmente adotar a política que não se pode fazer nada Amazônia, porque então não se gera emprego nem renda", comenta Aragón.

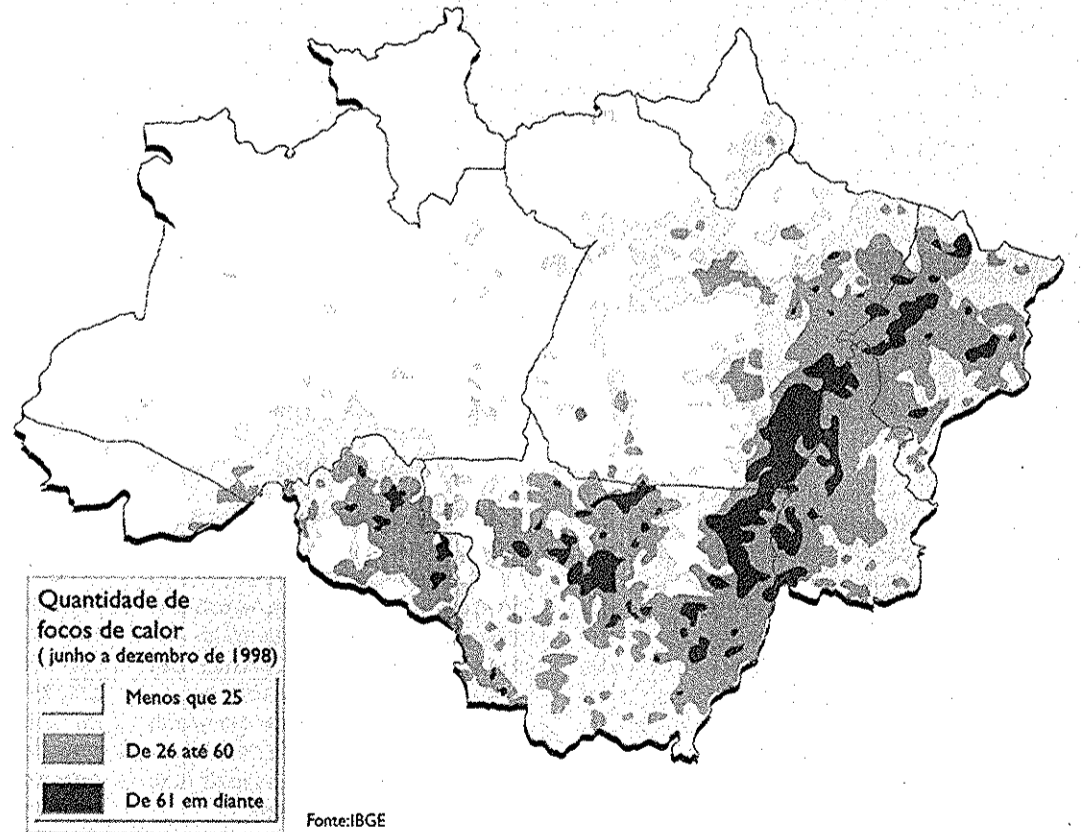
AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

Projetos-piloto do PPG-7 coincidem com os eixos do programa "Avança Brasil" para a Amazônia, ameaçando as experiências de desenvolvimento sustentável



O AVANÇO DA SOJA

Mapa das queimadas revela por onde o cultivo da soja penetra na região Amazônica



Indígenas terão R\$ 20 milhões

O governo da Alemanha prepara-se para investir cerca de R\$ 20 milhões para um novo sub-programa do PPG-7. Chamado de Projetos Demonstrativos Indígenas (PDI), ele incentivar o desenvolvimento sustentável em reservas já demarcadas. A fase de preparação começa já no início do ano que vem, para começar no primeiro trimestre de 2001.

Segundo Harald Lossback, consultor do ministério alemão de Cooperação, a intenção é "reforçar os esforços de demarcação"

realizados por outro sub-programa do PPG-7, também financiado pela Alemanha, que já demarcou 22 milhões de hectares de áreas indígenas — além de outros 8,5 milhões de hectares que estão sendo demarcados para os índios Javari.

Um pré-requisito para as nações indígenas (por intermédio da Funai e da Secretaria de Coordenação da Amazônia) poderem se beneficiar dessa nova linha de financiamento será o de ter suas áreas já demarcadas e homologadas. Além disso,

conterá muito o grau de "participação das organizações dos próprios índios na execução dos projetos", explica Lossback.

Outra nova injeção de recursos para o PPG-7, cerca de R\$ 20 milhões, está a caminho. Ela servirá para desenhar algumas dezenas de "projetos demonstrativos" (PDAs) — pequenas experiências de desenvolvimento sustentável em comunidades da Amazônia e da Mata Atlântica — que estavam paradas. O dinheiro virá da Alemanha, da França e da União Europeia. (MS)

PPG-7 entra em nova fase

O governo brasileiro quer introduzir o financiamento à agricultura ecológica nas linhas de financiamento do Programa Piloto para as Florestas Tropicais (PPG-7). A proposta veio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetrag), do Pará. Agora, a ideia terá de ser discutida com representantes dos países que financiam 90% do programa (Alemanha, União Europeia, Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Espanha, Canadá, Japão e Itália) no dia 16 — durante a primeira reunião da Comissão de Coordenação Conjunta (CCC).

Essa comissão foi criada há um mês, depois de três dias de reuniões, na Academia de Tênis, entre representantes dos países doadores, do governo brasileiro e das ONGs. Na ocasião, eles avaliaram os resultados dos nove anos de existência do PPG-7 e realizaram uma reforma no funcionamento do programa que, de tão complicado, chega causar atrasos de até dois anos na execução de muitos projetos.

Para agilizar a aprovação de projetos e aumentar a responsabilidade do governo brasileiro no PPG-7, decidiu-se que a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), passaria a definir as prioridades e a encaminhar as propostas de novos projetos para serem aprovados (ou não) durante reuniões com representantes dos países doadores.

Essas reuniões da Comissão de Coordenação Conjunta passarão a acontecer sempre 15 dias depois da SCA definir suas propostas, junto com as ONGs (a do dia 16 será a primeira delas). Caso os projetos levados pelo Brasil não encontrem o interesse de algum dos países doadores, poderão ser ainda financiados com dinheiro do Rain Forest Trust Fund (RFT), fundo gerido pelo Banco Mundial e formado por cerca de 10% do total de recursos do PPG-7 para as florestas tropicais.

Outra proposta que o governo brasileiro levará à reunião com os países doadores será a de revisão dos projetos de educação ambiental. Eles estão parados há dois anos, e contarão com US\$ 7 milhões da Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia).

A Secretaria de Coordenação da Amazônia mudou a orientação do projeto: ao invés de apoiar iniciativas não formais de educação ambiental, o dinheiro serviria para a criação de uma série de vídeos (realizados pela parceria entre o Ibama, o Ministério da Educação e universidades) para serem distribuídos nas escolas públicas. (MS)